

Centrão e Covas fecham acordo e estabilidade vai a voto hoje

16:13 - 1ª VOTAÇÃO

0403 Paes Landin PFL-PI	0404 José Geraldo PMDB-MG	0405 Albérico Cordeiro PFL-AL	0406 Homero Santos PFL-MG 1º vice-presidente
	0503 Afif Domingos PL-SP	0504 Sarney Filho PFL-MA	0505 José Teixeira PFL-MA
0603	0604 José Egreja PTB-SP	0605 Nidir Barbosa PMDB-ES	0606 Antonio Ueno PFL-PR

17:07 - 2ª VOTAÇÃO

0405 Nidir Barbosa PMDB-ES	0406 José Geraldo PMDB-MG	0407 Irapuan Costa Jr. PMDB-GO	0408 João Machado Rolemberg PFL-SE
	0506 Angelo Magalhães PFL-BA	0507 Sarney Filho PFL-MA	0508 José Teixeira PFL-MA
0605 Levi Dias	0606 Alysson Paulineli PFL-MG	0607 Jorge Viana PMDB-BA	0608 Paulo Roberto Alves PDC-GO

O Centrão e a liderança do PMDB na Constituinte conseguiram chegar ontem a um acordo para o tema mais polêmico do projeto de Constituição — a estabilidade no emprego —, que será votado na sessão de hoje, à tarde. As negociações conduziram a um texto que "protege o emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos".

O acordo ficou definido ontem de manhã, depois de sucessivas reuniões no final de semana, que culminaram com a apresentação, por parte dos negociadores do Centrão, deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) de um texto semelhante ao que foi discutido nas primeiras reuniões dos dois grupos, tendo como base a emenda do deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ).

A proposta de acordo começou a ser finalmente definida domingo à noite, num encontro na residência do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), na qual compareceram as principais lideranças do Centrão, além do presidente do PFL, senador Marco Maciel, e o senador Jorge Bornhausen. Eles optaram por uma fórmula capaz de garantir na plenitude a existência da indenização compensatória vinculando as negociações com uma regulamentação provisória nas disposições transitórias, até que o Congresso possa elaborar a legislação complementar. Mas, ao contrário do que se previa, não ficou definido qual será a relação percentual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que se aplicará para a indenização. A proposta que parecia obter maior apoio era a de que a indenização fosse correspondente a um aumento de quatro vezes da porcentagem prevista pela lei que regulamenta o FGTS. Mas não houve acordo, porque alguns dos integrantes do Centrão acreditam que a fórmula beneficia aquelas atividades com alta rotatividade de mão-de-obra, penalizando os empresários que conservam o emprego.

Alternativa

Os partidos de esquerda apresentaram outra solução, elaborada pelo Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que prevê a garantia do emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei, que disporá sobre a nulidade do ato de demissão e sobre o caso de indenização, sem prejuízo de outros direitos.

As duas fórmulas são semelhantes. A diferença é que a dos partidos de esquerda prevê a hipótese de nulidade do ato de rescisão contratual com uma segurança mínima para o trabalhador, com vistas à proteção dos empregados que são representantes da Cipa, dos que são também dirigentes sindicais e da gestante, que desfrutam hoje de relativa estabilidade.

A fórmula do Centrão foi entregue ontem de manhã ao líder Mário Covas pelos deputados Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) e José Geraldo (PMDB-MG). O senador paulista autorizou imediatamente consultas à bancada, o que foi feito durante todo o dia e deverá continuar até a hora da votação da matéria, antecipando que sua posição será a da maioria dos peemedebistas ouvidos sobre o assunto. A mesma previsão foi feita pelo líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, segundo o qual, "se 400 ou mais constituintes votarem a favor, esta será a posição do resto do País".

O deputado Luis Roberto Ponte acentuou que o texto do Centrão está de acordo com os princípios da Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho. Para ele, o Brasil precisa de uma proteção através da indenização, "que não proíba, mas penalize a demissão imotivada, pois as empresas tem direito a diminuir seus quadros em função, por exemplo, de uma crise ou de problemas com o pessoal".

Mapa mostra constituintes que sentavam perto do "pianista"

A Comissão que está apurando a fraude que ocorreu na votação do dia 9 de fevereiro, quando um constituinte votou duas vezes consecutivas pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA), divulgou no final da tarde de ontem um mapa, fornecido pelo Serviço Técnico de Votação Eletrônica, mostrando os dez constituintes que estavam sentados perto do "pianista". Com isso, a única conclusão a que se pode chegar foi a de que nas duas votações o deputado José Teixeira (PFL-MA) estava ao lado direito do pianista, enquanto que o lado esquerdo foi ocupado, na primeira votação, pelo deputado Afif Domingos (PL-SP) e, na segunda vez, pelo deputado Angelo Magalhães (PFL-BA) — irmão do ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães.

O presidente da Comissão, senador Virgílio Távora, frisou, após a divulgação do mapa, que a identificação dos parlamentares não é suficiente para a descoberta do "pianista". Távora, que fez

questão de abrir os mapas das duas votações diante da imprensa, acrescentou que o resultado do trabalho da Comissão depende agora da análise de um tape fornecido pela TV Bandeirantes, onde estão gravadas as duas votações. «Caso não dê para identificar o autor da fraude, não pretendo interrogar os constituintes que estavam perto dele», garantiu o senador que considera «difícil» que algum colega decida «dedurar o outro».

Se isso acontecer, o presidente da Comissão pretende encaminhar todas as provas à Mesa da Constituinte, que se encarregará de interrogar os parlamentares. Essa tese do deputado tem o apoio do deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) que também integra a Comissão. Já o deputado José Martinez, deixou claro durante a reunião de ontem que é favorável à uma postura decisiva da Comissão. «Temos que interrogar imediatamente as pessoas que estavam próximas ao pianista,

afinal para o que serve essa Comissão?», questionou o deputado que por diversas vezes citou a coincidência do deputado José Teixeira, «que é do Maranhão», estar sentado do lado direito do pianista.

O deputado Afif Domingos (PL-SP), que sentou uma vez ao lado do pianista lamentou ontem não se lembrar quem estava ao seu lado na votação que derrubou o princípio do direito à propriedade defendido pelo Centrão. Argumentou ainda que «como constituinte teria o compromisso de revelar o nome caso lembrasse».

A Comissão tem até o dia 1º de março para apresentar o resultado final de sua investigação. Encontrado ou não o nome do autor da fraude o processo será encaminhado à Mesa da Constituinte a quem caberá, dar continuidade às investigações, se necessário, e determinar a punição do culpado que poderá ser uma advertência, uma suspensão ou até mesmo, cassação de mandato.

Sarney exige contrapartida pela trégua

Qualquer proposta de trégua com o Governo exigirá uma contrapartida. Esta é a disposição do presidente José Sarney, que decidiu agora não apenas continuar falando "com firmeza", mas partir para a ofensiva. Ele não permitirá que atinjam membros de sua família e vê a convocação de seu genro e secretário particular, Jorge Murad, para depor na CPI da Corrupção, como uma "provação", à qual responderá com dureza.

A renúncia não passa pela cabeça de Sarney. Embora tolerante, ele não quer que confundam esta sua característica com fraqueza. Assim, decidiu abandonar seu estilo para mostrar que está disposto a defender não apenas seu Governo mas, também, a honra de seus familiares, entre eles a senhora Marly Sarney, cujo nome foi publicado numa lista por ter intercedido junto à Seac (Secretaria Especial de Ação Comunitária) em favor de uma creche.

Para quem está pensando em renúncia, o Presidente cita o exemplo de junho de 62, quando os líderes do PDS recusaram uma prévia para saber se Paulo Maluf era o preferido do partido. Sarney, senador, era favorável à prévia e ele deixou a presidência do partido, para se juntar à Aliança Democrática, partindo para o colégio eleitoral na chapa vitoriosa de Tancredo Neves.

De qualquer forma, a convocação de Jorge Murad ainda é colocada em dúvida na Presidência da República. E a razão é que alguns dos convocadores, de acordo com o Planalto, têm seus apadrinhados políticos nomeados para cargos de direção na Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) e estão sendo objeto de investigação, por terem cometido irregularidades. Para o Presidente, muitos políticos da chamada esquerda do PMDB não gostariam de saber do resultado final das investigações.

PMDB deverá reunir o diretório só em março

A reunião do Diretório Nacional do PMDB, prevista para amanhã, deverá se realizar no dia 9 (ou 10) de março. Foi o que disseram líderes do Grupo Histórico, após entendimentos com Ulysses Guimarães, no último fim de semana.

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), que terá que assinar o edital de convocação da reunião, para publicar na imprensa, juntamente com o presidente do partido, até ontem à

tarde, não havia recebido qualquer orientação neste sentido de Ulysses Guimarães.

Pela legislação partidária, a reunião do Diretório Nacional terá que ser convocada, em edital, com pelos menos oito dias de antecedência. Na pauta, além do preenchimento de dois lugares na Comissão Executiva Nacional (3º vice-presidente e um vogal), deverá ser discutido o relacionamento do PMDB com o Governo Sarney e o mandato de quatro anos para o atual Presidente.